UNIVERSIDADE GUARULHOS

FERNANDO KOUYOUMDJIAN FERNANDES RA 28291311

ALINE MARQUES PEREIRA RA 28324501

ALINE BORGES AMORIM RA 28324392

FRANCIELY CRISTINA BORGES TUÃO RA 28323941

ÍISIS GENARI MELLO RA 28302662

ISABELA FERREIRA CLEMENTE RA 28302662

HENRIQUE DANTAS URBANO RA 28324425

CÍNTIA DOS SANTOS SUCHOI RA 28220503

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

SAÚDE COLETIVA

PROFESSORA ANA PAULA

Guarulhos - SP

2025

Conselho Nacional de Saúde: Perspectivas em Saúde Coletiva

1. Introdução

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) constitui um elemento vital na arquitetura da saúde pública brasileira. Como órgão protagonista na formulação, controle e deliberação das políticas públicas de saúde, suas ações são fundamentais para a efetivação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), focando na universalidade, integralidade e equidade. Este trabalho objetiva explorar as multifacetadas contribuições do CNS dentro do contexto da saúde coletiva, ilustrando sua importância estratégica para a eficácia das políticas públicas de saúde.

2. Desenvolvimento

2.1. Estrutura e Fundamentos do CNS

O CNS funciona como um órgão colegiado, parte integrante do Ministério da Saúde. Embasado pela Lei n.º 8.080/1990, o Conselho promove a participação ativa da sociedade civil na formulação de políticas de saúde, garantindo que estas sirvam aos interesses sociais de maneira equitativa. Seus princípios norteadores incluem eficácia administrativa, justiça social e inclusão, conformes com os direitos constitucionais à saúde.

2.2. Histórico e Marcos Reguladores

Instituído pelo Decreto n.º 99.438 de 1990, o CNS surgiu em resposta à necessidade de coordenar uma política de saúde mais coesa e participativa no Brasil. A Resolução n.º 333/2003 representa um marco regulatório significativo, solidificando as diretrizes operacionais para a atuação dos Conselhos de Saúde em todos os níveis administrativos (CONASS, 2003). Essa regulação proporcionou ao CNS um alicerce robusto para a implementação de políticas de saúde amplamente inclusivas.

2.3. Funções e Atribuições

O CNS é responsável pela fiscalização orçamentária do Ministério da Saúde, assegurando que os recursos sejam alocados de maneira eficiente e justa. Além disso, o Conselho atua como um elo de articulação entre diferentes órgãos

governamentais e a sociedade civil, promovendo políticas de saúde baseadas em evidências e adaptadas às necessidades locais e nacionais.

2.4. Metodologia de Atuação e Participação Social

O CNS adota uma abordagem de governança baseada na deliberação coletiva, realizando reuniões ordinárias mensais que incentivam a participação social. Nesse espaço, são debatidas propostas oriundas de diversos segmentos sociais, assegurando que as decisões tomadas sejam transparentes e representativas das necessidades da população (GOHN, 2011). Esse processo não apenas fortalece a confiança pública nas políticas de saúde, mas também promove uma maior responsabilização por parte dos formuladores de políticas.

2.5. Exemplos de Intervenção

O CNS tem desempenhado papel crucial em várias intervenções de saúde pública. A seguir, são destacados cinco exemplos notáveis:

1. **Política Nacional de Saúde da Mulher:** Ao promover a ampliação das políticas de atenção à saúde reprodutiva, a intervenção fortaleceu os direitos das mulheres e melhorou o acesso a serviços de qualidade.
2. **Revisão da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem:** Introduzida para abordar questões específicas da saúde masculina, promoveu conscientização e acesso a serviços preventivos e de tratamento (MALTA, 2014).
3. **Adoção de Diretrizes para Saúde Mental:** O CNS influenciou a reformulação das políticas de saúde mental, enfatizando a desinstitucionalização e a reinserção social de pessoas com transtornos mentais.
4. **Promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição:** Com um foco na segurança alimentar, o CNS desempenhou papel chave no desenvolvimento de iniciativas para melhorar a nutrição da população brasileira, combatendo a desnutrição e as doenças relacionadas à dieta.
5. **Implementação de Estratégias contra Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs):** Atuou na formulação de estratégias nacionais

para a prevenção e controle de DCNTs, aumentando a educação e práticas de saúde para reduzir incidência e mortalidade dessas doenças.

3. Conclusão

O trabalho desenvolvido reforça a importância do Conselho Nacional de Saúde como um agente vital na promoção de uma saúde pública robusta, equitativa e participativa no Brasil. O CNS, através de suas deliberações e intervenções estratégicas, tem contribuído para o fortalecimento das políticas de saúde, garantindo o acesso e a melhoria contínua dos serviços de saúde. Encoraja-se o fomento contínuo da participação social e o fortalecimento de sua estrutura financeira para enfrentar desafios futuros.

4. Referências Bibliográficas

- BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1990.
- BRASIL. Decreto n.º 5.839, de 11 de julho de 2006. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Saúde - CNS e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2006.
- CONASS. Resolução n.º 333, de 14 de novembro de 2003. Estabelece diretrizes para a criação e o funcionamento dos Conselhos de Saúde. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- MALTA, Deborah Coelho. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: Resultados e desafios. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 14, n. 4, p. 445-456, 2014.